

A DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA E A CULTURA ESCOLAR: UM OLHAR SOBRE A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESTADO NOVO

Guilherme Isaías de Paula

Docente da Rede Pública de Ensino do Município de Porto Velho,
Especialista em Gestão Escolar, Doutorando em Educação PUC-MG,
E-mail: guilhermeisaiasmagic@gmail.com

Glauber Araújo Carvalho

Docente da Rede Pública de Ensino do Município de Porto Velho,
E-mail: glauberaraujo321@gmail.com

Fabiano Cerri

Docente da Rede Pública Municipal de Porto Velho,
Mestre em Biologia Experimental,
E-mail: fabianocerri@gmail.com

Sabrina Matiello

Mestre em Desenvolvimento Regional,
E-mail: ssamatiello@hotmail.com

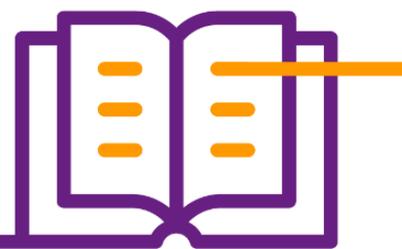
RESUMO

A “Era Vargas”, período em que Getúlio Vargas governou o Brasil, entre 1930 e 1945, proporcionou intensas mudanças na educação do país. As mudanças da cultura escolar na disciplina de Educação Física, objeto de estudo deste trabalho, tem a sua construção explorada no período do Estado Novo, do Governo de Vargas (1937 -1945). A metodologia escolhida para o presente trabalho foi uma revisão de literatura no Catálogo de Teses e Dissertações, da CAPES, na Biblioteca Nacional Digital e no portal *Scielo*. Considerando as leituras realizadas, percebem-se resquícios das ações do Governo de Vargas, durante o “Estado Novo”, nas características da disciplina Educação Física ainda no final do século XX e início do século XXI.

Palavras-chave: Estado Novo, Cultura Escolar e Educação Física.

ABSTRACT

The “Era Vargas”, period in which Getúlio Vargas ruled Brazil, between 1930 and 1945, brought about intense changes in the country's education. The changes in school culture in the discipline of Physical Education, object of study of this work, have their construction explored in the “Estado Novo” period,



of the Vargas Government (1937 -1945). The methodology chosen for the present work was a literature review in the Catalog of Theses and Dissertations, CAPES, in the National Digital Library and in the Scielo portal. Considering the readings carried out, there are remnants of the actions of the Vargas Government, during the Estado Novo, in the characteristics of the Physical Education discipline still in the late 20th century and early 21st century.

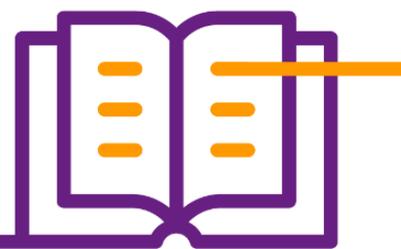
Keywords: Estado Novo, School Culture and Physical Education.

INTRODUÇÃO

O governo de Getúlio Vargas, após o término da Primeira República (1889-1930), conhecido como “Era Vargas”, que se estendeu de 1930 a 1945 (ANDREOTI, 2006) representou mudanças *a priori* legislativas e, conseqüentemente, estruturais na educação do país. A “Era Vargas” teve três etapas: O Governo Provisório (1930-1934), o Governo Constitucional (1934-1935) e o Estado Novo (1937-1945). O ministro de Educação e Saúde do Estado Novo, Gustavo Capanema, por meio da constituinte de 1937, direcionou as propostas de mudanças da Educação Física no Brasil.

A disciplina de Educação Física aplicada nas escolas do país sofreu transformações devido a sua associação com preceitos, como o *Método Alemão*, declinado à utilização da ginástica para a busca de um “corpo são” e aplicação de princípios higienistas. A origem da aplicação desse método, com sua respectiva discussão, se deu nas escolas do exército. Posteriormente, com o Governo de Vargas, veio a implementação do *Método Francês*, uma metodologia interacionista entre a civilidade e a militarização do indivíduo, com uma formação voltada para “disciplinarização do cidadão”.

Com base na discussão dessa temática, a estruturação deste trabalho busca uma interconexão entre a influência do Governo do Estado Novo, a Cultura escolar e a Educação Física Escolar. Para tanto, o estudo foi alocado nos seguintes tópicos: Conceitos sobre a Cultura Escolar; cultura Escolar no Estado Novo; A Educação Física anterior ao Estado Novo; A Educação Física no Estado Novo e Considerações Finais.



CONCEITOS SOBRE A CULTURA ESCOLAR

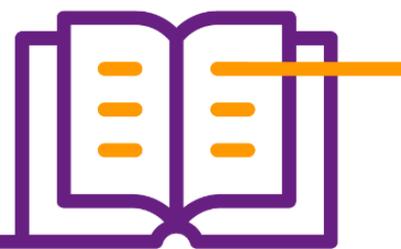
Chervel (1998) fala sobre a sociedade receber da escola uma cultura constituída de duas partes: os programas oficiais, que explicitam sua finalidade educativa, e os resultados efetivos da ação da escola, os quais, no entanto, não estão inscritos nessa finalidade. Falsarela (2018), por sua vez, aborda um perfil da escola:

Escolas são instituições históricas e culturais que se assemelham na arquitetura e na estrutura organizacional. Ao mesmo tempo, cada escola é terreno diferenciado, em que subgrupos sociais com diferentes interesses se definem mutuamente, caracterizando sua cultura, dentro de determinado tempo, espaço e local. Estudar a rede de significados que compõe a cultura escolar permite a identificação dos mitos, crenças e valores que direcionam determinado grupo-escola, construídos ao longo do tempo pela história cotidiana vivenciada por seus membros, e que identificam cada escola em particular (FALSARELA, 2018, p.261).

Forquin (1993) propõe que há uma relação proximal entre escola e cultura, compartilhando características em comum, uma condição orgânica, dificilmente hierarquizada, mas determinante na formação individual, seja em termos culturais amplos e/ou restritos pela perspectiva educacional.

Para Julia (2001), a cultura escolar é entendida como um “conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos” (JULIA, 2001, p.8). Este sistema entrelaçado de normas e condutas propiciam a construção organização institucional eficaz para o condicionamento pedagógico (CHERVEL, 1990).

A escola possui “o poder” de realizar o encontro das culturas de diferentes aspectos tendo como seus agentes os estudantes e estes possuindo um código cultural individual. Bourdieu e Passeron (2014) citam sobre a relação entre as diversas culturas na escola, e sobre a forma como ocorre a possibilidade de comunicação entre culturas diferentes por meio dos seus agentes, desenvolvendo uma espécie de aceitação coletiva e inconsciente dos esquemas escolares e suas condições.



A cultura escolar possui, segundo Viñao Frago (1996), aspectos visíveis em torno dos quais se articula:

as práticas e rituais de ação educativa, a graduação e classificação dos alunos (estudantes), a divisão do conhecimento em disciplinas independentes e sua hierarquia, a ideia da classe como um espaço-tempo gerenciado por um único professor, a distribuição e os usos do espaço e tempo, os critérios de avaliação e promoção dos alunos etc (VIÑAO FRAGO, 1996, p. 5).

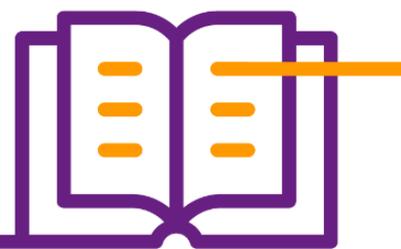
A contextualização sobre a cultura escolar resulta de sua estruturação nos aspectos inter-relacionados das culturas incorporadas pelos seus agentes, as condições sociais externas impostas à instituição escolar e do próprio produto resultante destas ações e inferências direcionadas à escola.

A escola, ensinando uma parte extremamente restrita de tudo o que constitui experiência coletiva e cultura viva de uma comunidade humana, como alega Forquin (1993), ainda assim necessita de uma transformação para transmissão de conhecimentos às novas gerações (DYCK, 2018).

A cultura escolar é construída e transformada constantemente pelos agentes que fazem parte das suas relações, sendo estes, que estão ligados diretamente ao seu funcionamento, estrutura e organização, como estudantes, professores, gestores, entre outros, ou aqueles agentes externos, que influenciam, ou, fazendo inferências que direcionam uma proposta de objetivos à escola para atender determinada demanda social.

CULTURA ESCOLAR NO PERÍODO DO ESTADO NOVO

Elaborar um princípio de delimitação da cultura escolar no período do Estado Novo exige que seja estabelecido não somente um aspecto de abordagem sobre o tempo, mas de contexto social, cultural e político vivido pelo Brasil. Segundo Padovan (2007), o período do Estado Novo (1937-1945) caracterizou-se por um momento de organização social, baseado na moralidade e religiosidade expressadas através da família.



Beskow (2010) cita uma perspectiva de representatividade da sociedade brasileira da época:

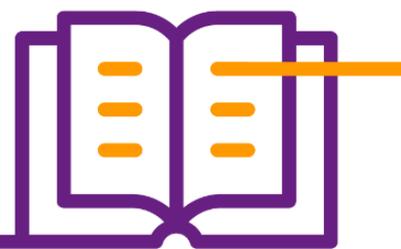
É importante frisar que, com o Estado Novo, foi consolidada uma nova concepção de representação política e de cidadania, nascidas no bojo da crítica à democracia nos moldes liberais. A instauração de um regime autoritário foi acompanhada pela atribuição de um novo papel ao estado, que deveria ser interventor, forte, técnico e centralizador. Frente a esta situação, o regime buscou estabelecer como cerne da sua legitimidade a proposta de criação de uma nova sociedade que incorporaria definitivamente todos os setores nacionais, em especial, a classe trabalhadora. Seria o estado autoritário o único capaz de garantir a criação dessa sociedade, a partir da perspectiva de progresso dentro da ordem (BESKOW, 2010, p.35).

O Estado Novo surge como resolutivo de um plano de permanência de controle estatal, por parte de Getúlio Vargas, utilizando a “Ascensão Comunista” como instrumento para romper com os pressupostos acordados em 1934, que estabeleciam eleições em 1938. O congresso é tomado por Vargas com apoio dos militares, estabelecendo, por meio da Constituição de 1937, um novo momento no país (MEIRELES JÚNIOR, 2016).

O apoio das forças militares no suporte para a tomada de poder por Vargas se fez presente também durante as decisões e ações realizadas naquele período no país. A área da Educação teve o protagonismo do ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema. Conhecida como Constelação Capanema, a equipe do então ministro era composta por nomes como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Rodrigo Mello Franco, Alceu Amoroso Lima, Villa-Lobos, Jorge de Lima, Manoel Bandeira e Tristão de Ataíde (BOMENY, 1999).

A Educação no Brasil vivenciava os efeitos das mudanças proporcionadas pelo “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, de 1932, tendo como bases fundamentais a *Ligue Internationale Pour L’Education Nouvelle* (LIEN), que, nos países anglófonos, ficou conhecida como *New Education Fellowship* (NEF) e o *Teachers College* (TC) da *Columbia University* (VIDAL; RABELO, 2019).

Na situação provocada pela Constituição de 1937, direcionada pelo poder de Getúlio Vargas, e proporcionando uma cultura de conservadorismo estatal, nota-se uma proposta de



educação com atrelamento em aspectos religioso e militar, como os modelos apresentados pelos alemães e italianos naquele período, com o objetivo de preparar e disciplinar os jovens para os novos princípios que deveriam reger o Estado Nacional (DIAS, 2006).

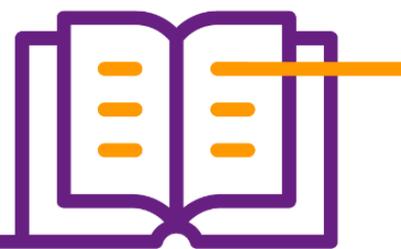
No Artigo 129 da Constituição de 1937, relativo à infância e à juventude, o Capítulo *Da Educação e da Cultura*, reconhece que “o ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever do Estado” (BRASIL, 1937, p.26) e continua, ao afirmar que “é dever das indústrias e dos sindicatos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizagens destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados” (BRASIL, 1937, p.26), demonstrando uma influência no direcionamento da educação para o fortalecimento de um Estado com um poder centralizado (BRASIL, 1937, p. 26).

Durante o Estado Novo, de Vargas, duas grandes frentes utilizadas para a consolidação do regime foram a Educação e a propaganda política, ferramentas imprescindíveis para adaptar os homens e mulheres à nova realidade política e social que estava sendo moldada. Segundo Baía Horta (1994), neste período, a educação ocupa espaço central nos discursos oficiais, relegando a ela um caráter de “problema nacional”, vinculando-a com a saúde e trazendo à cena a importância da educação moral.

O autoritarismo, um aspecto de poder imprescindível durante o Estado Novo, ocorreu sobre todos os eixos da sociedade daquela época. Dutra (1997) cita o autoritarismo como “uma ideologia que sustenta a imagem de uma sociedade una, indivisa e homogênea” (DUTRA, 1997, p.283), que “advoga um controle social que normalize, uniformize e totalize o conjunto da vida social” (DUTRA, 1997, p.283).

Segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), um governo como o do Estado Novo, de Vargas, possui características próprias de autoritarismo:

nos regimes autoritários a penetração-mobilização da sociedade é limitada: entre Estado e sociedade permanece uma linha de fronteira muito precisa. Enquanto o pluralismo partidário é suprimido de direito ou de fato, muitos grupos importantes de pressão mantêm grande parte da sua autonomia e por consequência o Governo

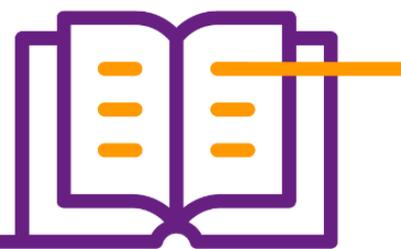


desenvolve ao menos em parte uma função de árbitro a seu respeito e encontra neles um limite para o próprio poder. Também o controle da educação e dos meios de comunicação não vai além de certos limites. Muitas vezes é tolerada até a oposição, se esta não for aberta e pública. Para alcançar seus objetivos, os Governos autoritários podem recorrer apenas aos instrumentos tradicionais do poder político: exército, polícia, magistratura e burocracia. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 94).

No início do Estado Novo, o Governo Vargas propôs a consolidação de uma “imagem carismática” (CAMARGO, 1999), ou seja, apresentava um comportamento de comprometimento social com mobilização para concretização e estabilidade do novo governo. É importante citar a influência de Francisco Campos, Ministro da Justiça no governo do Estado Novo, e ex-ministro da educação (1930-1934). Francisco Campos defendia a ideia de que a Educação não podia ser vista como um projeto democrático, mas sim como uma forma de padronizar a população sob um ideário comum defendido pelo Estado, pois não era possível ao governo educar os jovens sem propósito nenhum (DIAS, 2006).

O Plano Nacional de Educação, enviado por Gustavo Capanema, ao Congresso para aprovação, em 1937, objetivava a realização de um plano de integração da visão de um país idealizado por Getúlio Vargas. Schwartzman (2000), ao tratar sobre o Plano Nacional de Educação, de 1937, formula a seguinte compreensão: “era um documento extenso, com 504 artigos ao longo de quase cem páginas de texto, e buscava consagrar uma série de princípios e opções educacionais que não eram, de nenhuma forma, consensuais, e cuja discussão a proposta de aprovação visava, justamente, evitar” (SCHWARTZMAN, 2000, p.5). Na primeira parte do texto foram definidos os princípios gerais da educação nacional que as escolas públicas e particulares deveriam adotar, além da regulamentação do ensino da Religião, da Educação Física e da Educação Moral e Cívica.

Segundo Miguel Archanjo (2009), o Estado Novo passou a utilizar a Educação como meio de efetivação, divulgação e legitimação das ideias do novo regime. Afastou a possibilidade de intervenção da cultura dos imigrantes no meio educacional, organizou os



diversos ramos de ensino e passou a controlar rigorosamente o sistema educacional nos estados com a parceria e colaboração de seus interventores (ALMEIDA, 2001).

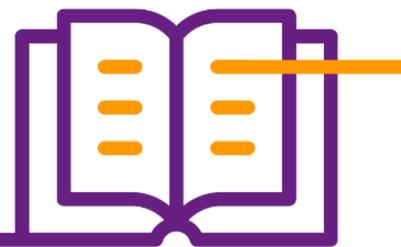
O Governo do Estado Novo, inspirado nos modelos educacionais da Alemanha e Itália daquela época, direcionam a educação nacional a uma proposta pedagógica voltada para a reafirmação de um regime autoritário praticado no país. A disciplina de Educação Física é uma contribuição desta reafirmação de poder do Estado Novo às escolas. A nova cultura da disciplina de Educação Física no Estado Novo, por meio do pronunciamento de Getúlio Vargas, antes de ser pré-estabelecido o novo governo, estabelecia que:

A partir deste ano, o Ministério da Educação e Saúde entrará a atuar no setor da educação física, quer escolar, quer extra-escolar. Já se acha elaborado o anteprojeto de oficialização das atividades desportivas. Intervindo nesse setor da Educação, o poder público o fará de modo a disciplinar, num sentido uniforme e científico, a cultura física dos escolares e o exercício dos esportes em geral (MEC/INEP, 1987, p. 150).

A busca incansável de Vargas para impor seu governo chegara de encontro a reformulação estrutural da Educação no país. Contrapondo-se à proposta do movimento dos “Pioneiros da Educação Nova”, do início da década de 1930, Capanema conseguiu estabelecer uma legislação e uma estruturação educacional coerente com os ideais do Governo Vargas.

A EDUCAÇÃO FÍSICA ANTERIOR AO ESTADO NOVO

Em 1823, Joaquim Antônio Serpa, elaborou o “Tratado de Educação Física e Moral dos Meninos”. Esse tratado postulava que a Educação englobava a saúde do corpo e a cultura do espírito, e considerava que os exercícios físicos deveriam ser divididos em duas categorias: 1) os que exercitavam o corpo; e 2) os que exercitavam a memória (GUTIERREZ, 1972). Além disso, esse tratado entendia a educação moral como coadjuvante da Educação Física e vice-versa (GUTIERREZ, 1972).



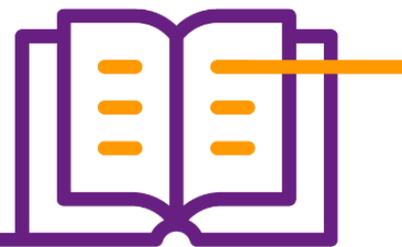
Inicialmente, a Educação Física escolar no Brasil foi denominada Ginástica, e ocorreu oficialmente com a reforma Couto Ferraz, em 1851 (RAMOS, 1982). No entanto, foi somente em 1882 que Rui Barbosa, ao lançar o parecer sobre a “Reforma do Ensino Primário, Secundário e Superior”, denotou importância à Ginástica na formação do brasileiro (RAMOS, 1982). Nesse parecer, Rui Barbosa relata a situação da Educação Física em países mais adiantados politicamente e defende a Ginástica como elemento indispensável para formação integral da juventude (RAMOS, 1982).

A disseminação da ginástica entre a população europeia no século XIX foi fundamental para o surgimento de uma mentalidade científica com normas e técnicas aplicadas à ginástica como parte de um esforço em promover o bem-estar físico e social também no Brasil (SILVA, 2018).

As experiências de conflitos na escola por meio da busca do esporte de rendimento, do investimento da técnica padronizada e da valorização da seletividade dos melhores, é o retrato da reprodução das desigualdades sociais que ocorrem no campo das macro-relações sociais fora da escola, pois “discrepâncias no plano sociopolítico têm, também, claras consequências no sistema educacional como um todo. Os privilégios que as classes superiores têm na hierarquia social manifestam-se também no sistema educacional, incluindo a educação física e os esportes” (KUNZ, 2006, p. 159).

Apesar desse esforço de pensar o corpo, a cultura e o movimento de modo articulado, a Educação Física Escolar está sob a influência dos modelos sociais e teóricos que reproduzem a racionalidade, cientificidade, intelectualidade, fragmentação, ruptura, em detrimento do simbólico, cultural, multi-referencial, tornando, assim, as explicações sobre os movimentos difíceis, complexas de serem vividas e ampliadas.

A Educação Física no Brasil República pode ser subdividida em duas fases: a primeira remete ao período de 1890 até a Revolução de 1930 (que empossou o presidente Getúlio Vargas); e a segunda fase configura o período após a Revolução de 1930 até 1946. Na primeira fase do Brasil República, a partir de 1920, outros estados da Federação, além do



Rio de Janeiro, começaram a realizar suas reformas educacionais e começaram a incluir a Ginástica na escola (BETTI, 1991).

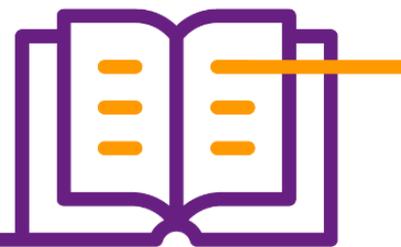
Além disso, ocorre a criação de diversas escolas de Educação Física, que tinham como objetivo principal a formação militar (RAMOS, 1982). No entanto, é a partir da segunda fase do Brasil República, após a criação do Ministério da Educação e Saúde, que a Educação Física começa a ganhar destaque perante os objetivos do governo. Nessa época, a Educação Física é inserida na constituição brasileira e surgem leis que a tornam obrigatória no ensino secundário (RAMOS, 1982).

As origens da formação em Educação Física no Brasil encontram-se nas escolas da Marinha e Militar. Era utilizado oficialmente o método alemão para o ensino das atividades esportivas nos estabelecimentos militares, um método voltado para a estética e o aporte físico do indivíduo. De acordo com Soares (1994, p. 31), o método alemão visava “buscar à saúde, a beleza, a agilidade e a construção da personalidade”.

O Método Alemão fora substituído pelo Método Francês em 27 de abril de 1921, por força do Decreto n. 14.784 (MARINHO, 1953). O movimento francês, oriundo das ideias pedagógicas de Rousseau, Pestalozzi e outros, foi bastante influenciado por necessidades militares. Desta forma, se alicerçou parte da Educação Física brasileira, através do Método Francês, constituído do desenvolvimento de qualidades físicas, psicológicas e morais aprimorados pela ginástica (MARINHO, 1978).

Em 9 de outubro de 1933, através do Decreto n. 23.232, foi criada a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), no Rio de Janeiro, que formou além de oficiais e sargentos, alguns civis como monitores. No estado de São Paulo foi também regulamentada a Escola de Educação Física da Força Pública de São Paulo, em 28 de maio de 1936, pelo Decreto n. 7.688. A disciplina de Educação Física sofre uma mudança de paradigma não somente pela busca de um corpo saudável, mas também pela sua utilização por parte de um “Estado Autoritário” que então comandava o país.

EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESTADO NOVO



Para abordar a educação do corpo infantil, na Era Vargas, se faz necessário compreender o movimento higienista, tido como um grande projeto social e moderno, com objetivos estratégicos de interferir ativa e efetivamente no comportamento e no cotidiano das pessoas, tanto na esfera pública quanto privada (HABERMAS, 2002).

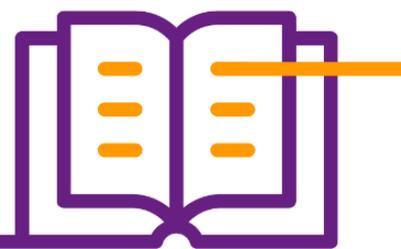
Estabeleceu-se, nesse contexto, um padrão de saúde e forma física a ser seguido, emergindo preocupações com a gestação do bebê, o nascimento, a lactação, o banho, a limpeza corporal e o ambiente em que se vive, incluindo a escola, como podemos notar pelas propostas escolanovistas, com a “centralidade da criança nas relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas e a disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos” (VIDAL, 2003, p. 497).

Taborda de Oliveira e Linhales (2006) argumentam que:

se em nossa sociedade a escola é, por excelência, o lugar institucional da realização de experiências formativas, nela deveríamos intensificar a busca por uma maior reflexão sobre nossa dimensão corporal, com base no reconhecimento de si e do outro. Não obstante, o que se constata é que são restringidas as possibilidades de autonomia e reforçadas as relações de poder e de domesticação do corpo (TABORDA DE OLIVEIRA; LINHALES, 2006, p. 66)

A política de nacionalização, representado um aspecto marcante das ações do Ministério da Educação e Saúde, apresenta-se em três principais aspectos: a padronização, como exemplo, a uniformização dos materiais didáticos, controlando e fiscalizando a escola; o reforço do conteúdo nacional por meio do culto às autoridades, da história dos heróis nacionais, da ênfase no catolicismo brasileiro e do uso adequado da língua portuguesa; a erradicação das minorias étnicas, sobretudo das colônias de imigrantes europeus radicados no sul do país, assunto considerado de segurança nacional (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2001).

Para Capanema, a escola ideal corresponderia à sociedade, ou seja, ela seria organizada a fim de perpetuar a forma organizacional da sociedade e os valores que deveriam orientar a formação do cidadão, visto seu comprometimento com o crescimento de sua nação. Como uma das ações referentes à Educação, Capanema inseriu nas escolas, em 1941, de forma obrigatória,



a Educação Física no ensino primário, normal e secundário, e o canto orfeônico, que já era praticado no ensino primário, foi estabelecido como obrigatório no ensino secundário (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2001).

Em 1939 cria-se a Escola de Educação Física e Desportos, na Universidade do Brasil (Decreto-lei 1.212, de 17 de abril de 1939). O modelo fornecido, assim como toda a formação de "especialistas" em Educação Física, era dado pela Escola de Educação Física do Exército.

Segundo Melo (1996), foi possível extrair que os militares contribuíram para criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos. A história da Educação Física no Brasil se confunde, em muitos momentos, com a dos militares. Dessa forma pode-se verificar a importante contribuição do Exército em prol da construção da Educação Física nacional (CASTELLANI FILHO, 1988).

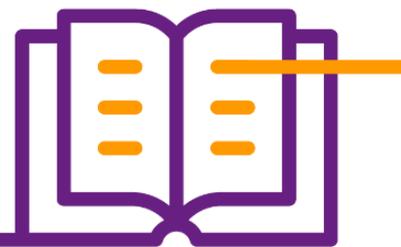
A Educação Física nas escolas passa a ser uma disciplina não só vigente para a promulgação de ideias higienistas, mas também para a “civilidade humana” proposta pelo Governo Vargas, baseadas em ideais de regimes políticos autoritários da Alemanha e Itália daquela época. É interessante ressaltar, por sua vez, como esses pensamentos de legitimação de governos autoritários persistem em incluir a sua perspectiva social na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As propostas de mudanças legislativas ocorridas na Educação Física durante o Governo de Getúlio Vargas, no período do Estado Novo, proporcionaram uma expansão da área da Educação Física, infelizmente com uma abordagem direcionada aos ideais de um governo autoritário.

Segundo Damasceno e Biazussi (1990, p. 30), até a década de 90 seria possível presenciar resultados da Educação Física inserida do período do Estado Novo no país, conforme o trecho a seguir:

ainda hoje, em qualquer aula de Educação Física deste país, é possível encontrar resquícios dos princípios norteadores da prática ginástica e desportiva fascista. O condicionamento ordem social, o adestramento físico, o esporte-espetáculo e



ufanista, a disciplina imposta no "formar filas", a repetição mecânica de ordens do professor, enfim, "o corpo-instrumento" são alguns exemplos da evidência de uma prática docente ainda voltada a militarização do corpo (DAMASCENO; BIAZUSSI, 1990, p. 30).

Considerando as informações expostas durante este trabalho, seria pertinente a busca de aspectos educacionais remanescentes do governo Estado Novo nas aulas de Educação Física Escolar nos tempos atuais. Apesar do que, seria necessário caracterizar e reafirmar as principais mudanças que ocorreram durante o período do Estado Novo com a Educação Física, pois, após duas décadas, o Brasil passaria novamente o poder para um governo de regime autoritário, alinhado aos ideais militares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

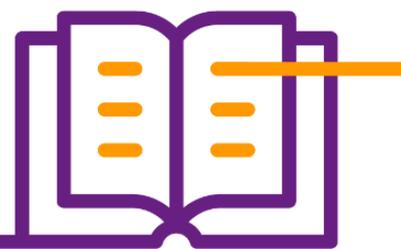
BETTI, Mauro. **Educação Física e Sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.

BAÍÁ HORTA, José Silvério. A 1ª Conferência Nacional de Educação e como monologar sobre educação na presença de educadores. *In*: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.p.143-172.

BESKOW, Gabriela Carames. **“A pátria é a terra”**: as representações sobre o campo e o homem rural construídas pelo Estado Novo. 2010. 169 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11ª ed. São Paulo: Editora UNB /Imprensa Oficial: 1998.

BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. *In*: PANDOLFI, Dulce. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 137-165.



BRASIL, Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Senado, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso: 02 de fev. 2022.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **Os herdeiros, os estudantes e a cultura**. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade Política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: D'ARAUJO, M. C. (Org.) **As instituições brasileiras da era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/Ed. FGV, 1999.p.308-340.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil**: a história que não se conta. Campinas: Papirus, 1988. p. 13-72.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, n. 2, p. 177-229, 1990.

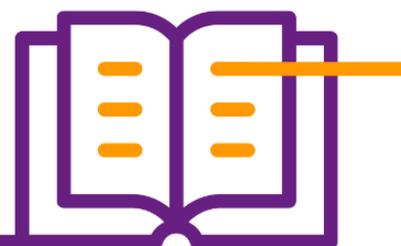
DAMASCENO, Leonardo Graffius; BIAZUSSI, Rosane Maria. Educação Física, Estado Novo e a militarização do corpo. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 3, p. 28-30, jan. 1990.

DIAS, Gustavo Tentoni. **Cultura, política e alfabetização no Brasil**: a 'Segunda Campanha de Nacionalização' do ensino (1938-1945). 2006. 219 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

DYCK, Michele Simonian. **Desenvolvimento profissional do pedagogo escolar**: das ausências e invisibilidade aos saberes para a articulação das tecnologias na cultura escolar. 2018. 312 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

DUTRA, Eliana Freitas. **O ardil totalitário**: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Editora UFRJ/Editora UFMG, 1997.

FALSARELLA, Ana Maria. Os estudos sobre a cultura da escola: forma, tradições, comunidade, clima, participação, poder. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 144, p. 618-633, jul./set. 2018.



FORQUIN, Jean Claude. **Escola e cultura: as bases epistemológicas do conhecimento escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GUTIERREZ, Washington. **História da Educação Física.** Porto Alegre: Editora IPA, 1972.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da Modernidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1. p. 1-10, jan.-jun. 2001.

KUNZ, Elenor. **Educação física: ensino & mudanças.** Unijuí, 2006.

MARINHO, Inezil Penha. Brasil, República, 1937-1945. *In: História da Educação Física e dos desportos no Brasil.* Rio de Janeiro: DEF/MEC, 1953.

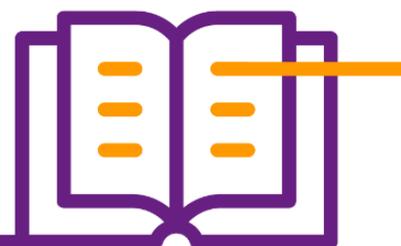
MEC/INEP. **A educação nas mensagens presidenciais (1890 – 1986)**, V. 1. Brasília: INEP, 1987.

MELO, Victor Andrade de. **Escola Nacional de Educação Física e Desportos: uma possível história.** 1996. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MEIRELES JÚNIOR, Cláudio Alcântara. **Entrelaçamento entre autoritarismo e garantia de direitos sociais no governo Getúlio Vargas (1937-1945): a questão social trabalhista.** 2016. 245 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

MIGUEL ARCHANJO, Flávio. **Mente e corpo sadio: a educação física e esportes nos colégios católicos do Recife durante o Estado novo (1937-1945).** 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

PADOVAN, Maria Concepta. **As máscaras da razão: memórias da loucura no Recife durante o período do Estado Novo (1937-1945).** 2007. 112 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia em Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.



TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio; LINHALES, Meyli Assbú. **Pensar a educação do corpo na e para a escola: indícios no debate educacional brasileiro (1882- 1927)**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 389-408, maio-ago. 2011.

RAMOS, Jayr Jordão. **Os exercícios físicos na história e na arte**. São Paulo: Ibrasa, 1982.

SILVA, Rodolfo Pio Gomes da. **Currículo e cultura: análise dos referenciais de Educação Física dos estados do Nordeste do Brasil**. 2019. 153 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

SILVA, Shirley Ferreira Marinho. **Educação do corpo infantil no sul de Mato Grosso na Era Vargas (1930-1940)**. 2018. 93 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Grande Dourados, Dourados, 2018.

SCHWARTZMAN Simon. **A revolução de 30 de o problema regional**. Disponível em: <file:///C:/Users/Gui/AppData/Local/Temp/AREvolucaoDe30.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. 2ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra/Fundação Getúlio Vargas, 2001.

SOARES, Carmem Lúcia. **Educação Física Raízes Europeias e Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1994.

VIÑAO FRAGO, António. **Historia de la educación e historia cultural**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 0, p. 63 - 82, set./dez. 1995.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Escola Nova e Processo Educativo**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 497-518.

VIDAL, Diana; RABELO, Rafaela Silva. **A criação de Institutos de Educação no Brasil como parte de uma história conectada da formação de professores**. Cadernos de História da Educação, v. 18, n. 1, p. 208-220, 2019.